

não vem atendendo esse objetivo. Para as terras públicas é necessário criar modelos de desenvolvimento sustentável em parceria com a iniciativa privada, por meio, por exemplo, de estações ecológicas e parques, aptos à pesquisa e ao turismo; e reservas florestais e extrativistas, onde seria permitido o uso econômico sustentado. Para as terras privadas a exigência passa por verificar a quem pertencem, se os títulos de propriedade são legítimos e, em caso contrário, passá-las para as mãos do Estado.

Na questão indígena, a necessidade é criar um instrumento jurídico isento que defina que áreas têm base antropológica para serem reservas e quais não, com o objetivo de evitar a homologação de demarcações de terras indígenas sobre áreas de legítimo domínio privado.

Pelo Código Florestal, as reservas indígenas são áreas de preservação permanente. Isso precisa ser revisto, senão do que o índio vai viver? Eternamente dependente do restante da população? O índio tem de ser visto como um cidadão, sujeito a direitos e obrigações da Constituição, e ser respeitado quanto aos seus desejos de acesso à modernidade.

Ressaltamos ao ministro que é preciso dar fim à dicotomia que divide a agricultura em duas. Ela é uma só, familiar ou empresarial. A diferenciação ideológica sobrepõe ações, gera burocracia, aumenta gastos, distorce políticas, dilui objetivos, prejudicando a integração entre os agentes do setor e, conseqüentemente, o relacionamento da agricultura com os demais segmentos da sociedade.

O ministro demonstrou pensamento muito próximo ao nosso. Mostrou preocupação com o aumento dos custos, especialmente dos fertilizantes, e disse que quer políticas para adicionar valor à produção, para gerar renda e fixar o produtor na terra. O encontro foi muito produtivo. O ministro é um grande interlocutor, com experiência internacional. Temos um parceiro para pensar a agricultura daqui para a frente. ■

Opinião

Inflação de custos e demanda



João Sampaio*

PARA QUEM sentiu no bolso nos anos 80 a inflação, a reação ao aumento da previsão inflacionária anual de 5% para 6,5% parece exagero. Mas o fato é que o consumidor final não pretende rever ou conhecer o dragão da inflação. Sob o aspecto da produção de alimentos é preciso uma análise sobre as causas e as consequências da inflação e, ainda, sobre as alternativas para contornarmos o atual quadro.

O produtor brasileiro vive a inflação dos custos, reflexo em parte da inflação da demanda mundial. Segundo o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas, houve aumento de 124,6% nos preços dos fertilizantes superfosfatos duplos e triplos no primeiro semestre deste ano. Como o problema é mundial, a cotação da uréia importada, por exemplo, nos Estados Unidos, por tonelada a granel (FOB), passou de US\$ 310 em maio de 2007 para US\$ 655 em maio de 2008, aumento em torno de 114%.

O dispêndio de divisas brasileiras com importações de fertilizantes, incluindo suas matérias-primas, em 2007, foi de US\$ 5 bilhões (FOB), crescimento de 86,6% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Lá na ponta, o agricultor sente a inflação desses custos. O produtor de cana, com queda de preços do seu produto, sofre ainda mais. Ele necessitava de 18 toneladas do produto para adqui-

rir 1 tonelada de fertilizantes em maio de 2007, hoje precisa de 41,9 toneladas.

A dependência externa por fertilizantes levará os patamares dos custos de produção nos próximos anos, sem perspectivas de melhora até agora, de chegarmos a uma nova revolução tecnológica baseada em variedades menos dependentes no médio prazo.

Para diminuição dos custos, teremos de reduzir o uso de insumos? Não, porque precisamos de oferta crescente para atendimento da demanda aquecida por alimentos e, assim, conter a inflação. Mas, como superar o dilema de produzir mais sem inflar a procura por insumos? O governo federal lançou o Plano Safra 2008/2009 com o objetivo de conter a alta dos alimentos. O montante de recursos da ordem de R\$ 78 bilhões é 11,4% acima do liberado na safra passada mas não cobre o aumento dos custos de produção.

Embora acerte na tática de oferecer mais crédito para incentivo da produção, o plano erra na estratégia. Haverá mais demanda por insumos, e a inflação nos custos será repassada ao consumidor. Na verdade, o aumento do crédito não resolverá o assunto, o resolve é a redução dos custos. Para reduzi-los é preciso mexer na tributação incidente nos insumos e no óleo diesel, diminuir os custos de logística com investimentos rápidos e pesados nas parcerias com a iniciativa privada, incentivar a produção de potássio, nitratos e fosfatos. Outro caminho é ampliar o mercado financeiro com negócios de opções de frete, de financiamento para dar maior liquidez e estabilidade nos preços agrícolas.

A agricultura brasileira construída a partir do uso intensivo de fertilizantes e corretivos de solo, principalmente na produção de grãos no Centro-Oeste, deu saltos de produção incomparáveis com os de outras partes do mundo. Agora, o desafio é a sustentabilidade. Para alcançarmos tal grau, a estratégia é iniciarmos uma nova revolução verde, com a adoção de políticas para reduzir custos e a nossa dependência química. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo